Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós Graduação em Contabilidade
Centro Sócio-Econômico
Campus Universitário Trindade Caixa Postal 476
Cep: 88.040-900 Florianópolis SC Brasil

Oitava aula

Responsabilidade Social e Sustentabilidade

CCN-410.002

Dra. Elisete Dahmer Pfitscher

elisete @cse.ufsc.br
3721-9383; 3721-6667;3721-6665
4009-2220;8817-2019

Economia de Comunhão

A contabilidade, preocupada com a divulgação das informações úteis aos gestores e aos usuários internos e externos, utiliza-se do Balanço Social, demonstrativo que evidencia os indicadores sociais das empresas. Numa perspectiva de solidariedade, comunhão de bens e liberdade, surgiu o projeto Economia de Comunhão.
O projeto entra no âmago da responsabilidade social, vai além, difundindo uma cultura de partilha. Empresas envolvidas com o projeto mudam o modo de agir, partilham as próprias receitas e os próprios recursos com o próximo que se encontra necessitado, num relacionamento de igual dignidade.

Surgem, pois, inicialmente no Brasil, e, posteriormente em outros países, empresas que aderem a um projeto que se denomina Projeto de Economia de Comunhão (EDC), projeto esse que tem origem no Movimento dos Focolares e tem por objetivo a divisão dos lucros, visando uma sociedade mais justa e humanitária, mediante a prática de um trabalho empresarial voltado para os princípios éticos e com respeito ao meio ambiente (natureza).

Chiarello *et al* (2005)

Economia de Comunhão

Segundo Araújo (1998, p.11), “a *economia de comunhão* consiste em direcionar a firma ou empresa a constituir-se como comunidade de pessoas altamente responsáveis e motivadas – voltada à produção de bens e serviços – e a usar os lucros em vista de uma sociedade solidária aos excluídos, aos marginalizados, em uma palavra, aos necessitados”. Salienta que são necessárias pessoas profundamente convictas, e que parte desses lucros é usada para formar “homens novos”, além de, naturalmente, incrementar o crescimento da própria empresa.

Para Araújo (1998), não se trata apenas de colocar em comum moeda corrente para atingir os fins já mencionados, mas de criar empregos, investir os lucros das empresas em projetos de expansão, fornecer equipamentos ou serviços, colocar em comum a experiência adquirida, a capacidade gerencial e, inclusive, patentes. Quartana (1992) enfatiza que no movimento se entende que a partilha não é apenas de bens materiais, mas também de propósitos, de tempo, de capacidades.

Chiarello *et al* (2005)

Economia de Comunhão

Lubich (2002, p.17) salienta que: Se é verdade que não é raro a economia contribuir para criar barreiras entre as classes sociais e entre pessoas de interesses diversos, estas empresas ao contrário, se empenham em:- destinar parte dos lucros para atender diretamente às necessidades mais urgente de pessoas que estão em dificuldades econômicas;promover no próprio interior e nos contatos com consumidores, fornecedores, concorrentes, comunidade local e internacional, administração pública [...]relações de abertura e confiança recíprocas, tendo sempre em vista o interesse geral; [...]

Escreve Sorgi (1998, p. 60) sobre a Economia de Comunhão: Trata-se de um *modelo diferente* do capitalismo e do comunismo; um *modelo* que, sem dúvida, se fundamenta na Doutrina Social da igreja, mas que destaca especialmente o aspecto da *participação* e da *solidariedade*, estimulando um posterior desenvolvimento da doutrina em sentido mais profundamente *comunitário*. Assim, o projeto EDC tem como premissa a divisão dos lucros em três partes:·- uma para o reinvestimento na própria empresa; - uma para ir ao encontro dos necessitados;- uma para a formação de "homens novos", pessoas com uma mentalidade aberta à cultura da partilha.

Chiarello *et al* (2005)

Economia de Comunhão

Continente	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Europa	132	161	208	336	430	448	477	478	469	481	486
Ásia	10	19	23	23	32	37	35	36	38	40	47
Africa		1	2	6	14	11	15	11	13	9	9
América	99	144	166	184	220	244	220	221	217	224	230
Austrália	1	3	3	5	7	7	7	15	15	15	6

Quadro 9: Quadro evolutivo da quantidade de empresas de EDC por ontinente.

Chiarello *et al* (2005)

Economia de Comunhão - Um Caso Específico

Em julho de 1999, os sócios da empresa Metalsul participaram de um encontro internacional que abordava o tema Economia de Comunhão – EdC, realizado em Roma/Itália. O desejo de participar do projeto se fez presente e as mudanças propostas pela EdC começaram a ocorrer lentamente na empresa.

Anos	Faturamento
2001	1.600.000
2002	2.600.000
2003	3.250.000
2004	4.350.000

Quadro 10: Faturamento da empresa em R$

Chiarello *et al* (2005)

Economia de Comunhão - Um Caso Específico

Para os empresários, o maior valor do projeto EDC é criar relacionamentos, um ambiente favorável e igualdade no convívio e trato com todos os funcionários, formando uma grande família, cuja base é o respeito, a dignidade e a preocupação com o ser humano.

Segundo os empresários, a empresa oferece aos funcionários cursos de orçamento familiar, motivação e auto-estima, visando a um relacionamento mais harmonioso, no qual eles possam conviver em paz consigo mesmos.
Esses fatores, acreditam, que terão reflexos no convívio familiar e empresarial. .

Nasce o projeto EDC, que vai além da responsabilidade social, ou, poder-se-ia dizer, vai a fundo na responsabilidade social, quando propõe a divisão dos lucros. Para muitos uma utopia, mas real e concreto em muitas empresas.

Chiarello *et al* (2005)

Indicadores de Gestão Ambiental e Responsabilidade Social

Indicadores de eficiência ecológica

- Receita de vendas de peixes/Receita cultivo de arroz ecológico
- Receita da venda de aves/ Receita cultivo de arroz ecológico
- Preço por saca de arroz ecológico x quantidade por hectare

Indicadores de desempenho ambiental

- Quantidade de materiais reciclados ou reutilizados no processo produtivo/ Quantidade de sacas de arroz ecológico
- Receita de arroz quebrado/ Receita total do arroz ecológico
- Receita de arroz grão preto/ Receita total do arroz ecológico
- Reutilização de farelo/ Receita total do arroz ecológico
- Receita de quirera/ Receita total do arroz ecológico

Pfitscher (2004)

Indicadores de Gestão Ambiental e Responsabilidade Social

Indicadores de recursos humanos

Atividade

Receita de vendas/
Número médio de empregados

Atividade por distribuição da população

Receita de vendas/
Número médio de população rural

Qualificação da mão-de-obra

Número efetivo de técnicos/ Número total de empregados

Indicadores de Gestão Ambiental e Responsabilidade Social

Indicadores de desempenho global

- Número de consumidores/ Número de empregados
- Número de empregados das “atividades-fins”/Número de empregados das “atividades-meios”
- Encargos sociais/ Salário-base

Os aspectos de saneamento básico e de serviços preventivos de saúde podem ser mensurados por indicadores relacionados a: situação geral da saúde pública; assistência médico hospitalar; saneamento básico; situação de saúde coletiva; e estado nutricional.

Variáveis culturais ➡ organização familiar de cada segmento social.

Tachizawa (2004)

DVA

Você sabe o que é DVA e qual a sua finalidade?

Pesquise sobre o assunto!!!!!

Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Fontes: Contabilidade Avançada, Silvério das Neves e Paulo E. V. Viceconti – Frase – 2005, p.306-320. Contabilidade Empresarial, José Carlos Marion – Atlas – 2003, p.485-501. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações – Atlas, 2003, p.453-454. Lei Nº. 6.404/76. Lei Nº. 11.638 de 28.12.2007. RIR Decreto Nº. 3000/99.

Prof.: Darci Schnorrenberger, Dr.

Reflexões:

- A DRE indica se a empresa teve lucro ou prejuízo;
- O BP indica a estrutura de capital da empresa em dado momento;
- A DOAR mostra os aspectos que resultaram na variação do CCL;
- A DFC mostra os aspectos que resultaram na variação das Disponibilidades;
- A DMPL indica as mudanças ocorridas no PL;

- **Quem mostra o montante de riqueza gerada pela empresa e sua destinação?**

A Demonstração do Valor Adicionado – Agregado - DVA

Prof.: Darci Schnorrenberger, Dr.

Reflexões:

➠ Ela tem outras utilidades?

Sim.

Diversos países e também estados e municípios (aos poucos) antes de aceitar ou incentivar a instalação de uma empresa, analisam sua DVA.

Não interessa apenas produzir muito, se a riqueza é destinada para fora do país, estado ou município.

Reflexões:

- Sua elaboração é OBRIGATÓRIA?

- **Sim**, no Brasil **é obrigatória desde 01.01.2008, se Cia Aberta ou de Grande Porte.**

Antes algumas empresas a elaboravam e divulgavam no **Relatório da Administração** ou nas Notas Explicativas, como **auxílio ao Balanço Social.**

Para tanto, seguiam a orientação do Ofício Circular da CVM/SNC/SEP Nº 01/00.

DVA
Demonstração do Valor Adicionado

Objetivo:

Informar a riqueza arrecadada pela empresa e a forma de sua distribuição.

Prof.: Darci Schnorrenberger, Dr.

DVA
Demonstração do Valor Adicionado

Características:

- é elaborada a partir da DRE;

- identifica as riquezas criadas e a forma como elas são distribuídas para empregados, governo, financiadores, proprietários, etc.

Prof.: Darci Schnorrenberger, Dr.

Demonstração do Valor Adicionado – Visão Geral

Geração do Valor Adicionado

1 – Receitas – Com Impostos

(+) Vendas de mercadorias, produtos e serviços (-) devoluções ou abatimentos

(-) Provisão p/ devedores duvidosos - Reversão/(Constituição)

(+) Receitas Não-operacionais

2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)

(-) CPV-CMV-CSP exceto mão-de-obra

(-) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros

(-) Custos não-operacionais

3 – Valor Adicionado Bruto (1-2)

4 – Retenções

(-) Depreciação, amortização e exaustão

5 –Valor Adicionado Líquido (3-4)

6 – Valor Adicionado Recebido em Transferência (riqueza gerada por quem as pagou)

(+/-) Resultado de equivalência patrimonial

(+) Receitas financeiras, aluguéis, outros

7 – Valor Adicionado REAL a Distribuir(5+6)

Distribuição do Valor Adicionado

8 – Distribuição do Valor Adicionado

(-) Remuneração do Trabalho - Pessoal, encargos – sem INSS - e participação nos Resultados

(-) Remuneração do Governo - Impostos, taxas e contribuições - Tributos

(-) Remuneração do Capital de Terceiros – Despesas Financeiras, Juros, aluguéis, outros

(-) Remuneração do Capital Próprio - Juros s/ capital próprio, dividendos

(-) Lucros retidos / prejuízo do exercício

Prof.: Darci Schnorrenberger, Dr.

DVA
Demonstração do Valor Adicionado

Dificuldade para profissionais externos:

- Não separação do que representa Valor Adicionado daquilo que é mera compra de insumos de terceiros.

Prof.: Darci Schnorrenberger, Dr.

DVA
Demonstração do Valor Adicionado

País	Principal Destino
Alemanha	Salários e Encargos
França	Reinvestimento
EUA	Acionistas
Brasi	Tributos

Isto evidencia a cultura de cada país.

Prof.: Darci Schnorrenberger, Dr.

Demonstração do Fluxo de Caixa; Demonstração do Valor adicionado e Princípios Fundamentais de Contabilidade

Sumário

Lei 11.638/07
Demonstração do Fluxo de Caixa
Demonstração do Valor Adicionado
Princípios Fundamentais da Contabilidade
Observações

Demonstração do Fluxo de Caixa; Demonstração do Valor adicionado e Princípios Fundamentais de Contabilidade

Nesta unidade o objetivo é demonstrar as alterações ocorridas pela Lei 11.638/07 na Lei 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações. Com isso, aborda-se nesta unidade as alterações gerais, entre elas, a inclusão da DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa e DVA – Demonstração do Valor Adicionado.

Por fim, será abordado ainda, os Princípios Fundamentais da contabilidade.

Lei 11.638/07

Com o crescimento dos mercados mundiais, surgiu a necessidade de demonstrações que fossem de igual entendimento em qualquer lugar do mundo. Pois, até então, cada país possuía suas leis, prejudicando a comparabilidade entre demonstrações de países diferentes.

No sentido da busca de um padrão internacional da elaboração das demonstrações financeiras, é editada no Brasil, a Lei 11.638/07, que vem alterar a Lei 6.404/76, chamada Lei das Sociedades Anônimas.

A seguir será exposto algumas das alterações, como a eliminação da obrigatoriedade da DOAR e inclusão da DFC e DVA.

Lei 11.638/07

Algumas alterações:

-Criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), formado por entidades da área contábil.

-Queda da DOAR, e exigência da DFC e DVA;

-Inclusão da Conta “Intangível”, no Ativo Permanente;

-Alterou as definições dos Ativos Permanentes: Imobilizado e Diferido;

-Eliminou a conta “Lucros Acumulados”;

-Avaliação de investimentos em Coligadas e Controladas, alterando o texto sobre a exigência de utilização do Método de Equivalência Patrimonial;

-A lei obriga as sociedades de Grande Porte a seguirem a Lei das S/A.

-Entre outras alterações.

Fluxo de Caixa

-A DFC pode ser definida, de acordo com Marion (2002-A), como a que evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa, descritas em fluxo de operações, financiamentos e investimentos. Pode ser obtida de duas formas: Direta ou Indireta.

-A forma Direta é a partir do caixa e equivalentes de caixa. Já a Indireta parte do lucro/prejuízo do exercício. O equivalente caixa é entendido como valores de alta liquidez.

-O objetivo da Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000), promover informações relevantes sobre os recebimentos e pagamentos em dinheiro, em um determinado período, em uma empresa.

-Permitindo aos usuários, em análise conjunta a outras demonstrações: avaliar a capacidade de gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa; capacidade de honrar seus compromissos; permitir avaliar a liquidez, solvência e flexibilidade financeira da empresa; capacidade de converter lucro em caixa; comparar desempenho operacional de diferentes empresas; entre outras análises.

Fluxo de Caixa

Principais Transações que afetam o CAIXA:

Aumentam o Caixa:

-Integralização do Capital pelos sócios ou acionistas, realizados em dinheiro;

-Empréstimos e Financiamentos;

-Venda de itens do Ativo Permanente;

-Vendas a vista ou Recebimento de Duplicatas a Receber;

-Entre outras entradas no caixa, como: juros, dividendos recebidos de outras empresas, indenizações recebidas, etc.

Fluxo de Caixa

Principais Transações que afetam o CAIXA:

Diminuem o Caixa:

-Pagamento de Dividendos aos Acionistas;

-Pagamento de Juros, Correção Monetária da dívida e Amortização da dívida;

-Aquisição de itens do Ativo Permanente;

-Compras a Vista e Pagamentos de Fornecedores;

-Pagamentos de Despesas/Custos, Contas a Pagar, entre outros pagamentos.

Fluxo de Caixa

Principais Transações que afetam o CAIXA:

Não Alteram o Caixa:

-Depreciação, Amortização e Exaustão;

-Provisão para devedores duvidosos;

-Reavaliação;

-Acréscimo ou diminuição de itens de investimentos pelo método de equivalência patrimonial;

-Entre outras transações que não afetam o caixa.

Fluxo de Caixa

-A demonstração é estruturada pelas seguintes transações:

atividades operacionais;
atividades de investimentos; e
atividades de financiamentos.

-Pode ser estruturada de duas formas a Demonstração de Fluxo de Caixa, a Direta e a Indireta:

-**Método Direto**: Identifica as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais.

-**Método Indireto**: Faz a conciliação entre o **lucro líquido** e o **caixa gerado** pelas operações.

Fluxo de Caixa (Exemplo: Método Direto)

1) Atividades Operacionais

(+) Recebimento de Clientes

(+) Recebimento de Juros

(–) Pagamentos

- a Fornecedores
- de Impostos
- de Salários
- de Juros
- Despesas pagas antecipadamente

Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais (Recebimentos – Pagamentos)

2) Atividades de Investimento

(+) Recebimento pela venda de Imobilizado

(–) Pagamento pela compra de Imobilizado

Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos

3) Atividades de Financiamento

(+) Aumento de Capital

(+) Empréstimo obtido de curto prazo

(–) Distribuição de dividendos

Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamentos

4) Aumento/Redução nas Disponibilidades (1 + 2 + 3)

5) Saldo final de Caixa + Equivalente-caixa em 2007

6) Saldo final de Caixa + Equivalente-caixa em 2008 (4 + 5)

Fonte: adaptado de Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000)

Fluxo de Caixa (Exemplo: Método Indireto)

1) Atividades Operacionais

(+) Lucro Líquido

Mais: depreciação

Menos: lucro na venda de Imobilizado

(–) Aumento de Duplicatas a Receber

(+) Aumento em PDD

(–) Aumento em Estoques

(–) Aumento em despesas pagas antecipadamente

(+) Aumento de Fornecedores

(–) Redução em provisão para IR

(–) Redução em Salários a Pagar

Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais (Recebimentos – Pagamentos)

2) Atividades de Investimento

(+) Recebimento pela venda de Imobilizado

(–) Pagamento pela compra de Imobilizado

Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos

3) Atividades de Financiamento

(+) Aumento de Capital

(+) Empréstimo obtido de curto prazo

(–) Distribuição de dividendos

Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamentos

4) Aumento/Redução nas Disponibilidades (1 + 2 + 3)

5) Saldo final de Caixa + Equivalente-caixa em 2007

6) Saldo final de Caixa + Equivalente-caixa em 2008 (4 + 5)

Fonte: adaptado de Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000)

Demonstração do Valor Adicionado

-Neves e Viceconti (2003) conceituam **Valor Adicionado** ou **Valor Agregado**, como sendo a representação da **riqueza gerada** por uma entidade num período determinado. E a soma de todos os valores agregados gerados por todos os **agentes econômicos**, representa a riqueza total do país.

-Com isso, a soma dos valores gerados pelas pessoas físicas, pessoas jurídicas com fins lucrativos, o governo, associações, fundações e demais entidades sem fins lucrativos, vai evidenciar a riqueza da nação, que é conhecida como **Produto Interno Bruto (PIB).**

Demonstração do Valor Adicionado

De acordo com Neves e Viceconti (2003), são as maiores necessidades para a elaboração da DVA:

A Demonstração do Resultado Exercício identifica apenas fatores relacionados apenas a riqueza que está vinculada ao lucro da empresa, não identificando outros fatores e demais geradores de riquezas;

Demonstrações que compreendem fatores financeiros não são capazes de identificar a quantidade de valor agregado no produto final da empresa;

As demais demonstrações não identificam como é distribuída a riqueza gerada pela empresa, e como foram criadas.

Para Neves e Viceconti (2003), a DVA tem como objetivo fornecer uma visão bem ampla sobre a real **capacidade de gerar riqueza** e sua **forma de distribuição** entre os diversos fatores de produção (trabalho, capital próprio, capital de terceiros e governo).

Cia. Exemplo

Demonstração do Valor Adicionado de 2008

Demonstração do Valor Adicionado		Análise Vertical
Receita Operacional	800.000,00	
(-) Custo das Mercadorias Vendidas (Compras)	(650.000,00)	
Valor Adicionado Bruto Gerado nas Operações	150.000,00	
(-) Depreciação	(10.000,00)_	
Valor Adicionado Líquido	140.000,00	
(+) Receita Financeira	10.000,00_	
Valor Adicionado	150.000,00	100%
Distribuição do Valor Adicionado	(90.000,00)	60%
	(30.000,00)	20%
Empregados	(14.000,00)	9,33%
Juros	(6.000,00)	4%
Dividendos	_____	0%
Impostos	(10.000,00)	6,67%
Outros		
Lucro Reinvestido		

Quadro 20: Modelo de Demonstração do Valor Adicionado
Fonte: Marion (2002-B, p. 251)

Vamos conhecer alguns métodos de Gestão Ambiental?

Pesquise sobre o assunto!!!!! Quais são suas observações sobre o assunto?

Veja a nossa próxima aula